



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

APOIO TÉCNICO E LOGÍSTICO AO PLANEJAMENTO
E GOVERNANÇA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

CADERNO DE DIAGNÓSTICO
REGIÃO METROPOLITANA DE RIBEIRÃO PRETO
P15

SÃO PAULO
Junho de 2022



| Secretaria de
Desenvolvimento Regional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
1.1. SUSTENTABILIDADE E PROCESSO DE URBANIZAÇÃO	4
1.2. DESIGUALDADE SOCIOTERRITORIAL	11
1.3. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO	16
1.4. HUB REGIONAL DE INFRAESTRUTURA.....	21
1.5. ARTICULAÇÃO INTERFEDERATIVA E SETORIAL	27
EQUIPE TÉCNICA	28

INTRODUÇÃO

Os estudos para o diagnóstico da Região Metropolitana de Ribeirão Preto, que subsidiaram a elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI), foram realizados a partir de uma ampla leitura do ordenamento do território e das áreas temáticas observadas no panorama regional: estruturação urbana, processo de urbanização e rede de centralidades; vulnerabilidade socioterritorial, política habitacional e equipamentos públicos; mobilidade, transporte e logística; dinâmica econômica; dinâmica ambiental; infraestrutura urbana; e gestão pública e governança regional. As várias leituras foram em seguida inter-relacionadas, com o objetivo de relevar os principais desafios e potencialidades da Unidade Regional e apontar processos e problemáticas que seriam endereçados no macrozoneamento metropolitano, suas diretrizes e estratégias de ação.

Importante salientar que a metodologia adotada no diagnóstico reconhece a forte dimensão *urbanística* das questões regionais abordadas pelo PDUI. Nesse sentido, os diversos temas e elementos de análise foram sistematicamente transpostos ao território e con-

frontados com as dinâmicas e processos de urbanização da Unidade Regional (UR), de forma a observar seus desdobramentos, sempre que possível, a partir de uma dimensão *físico-territorial*.

As análises foram organizadas em cinco *Áreas Transversais*, que buscaram a integração entre as temáticas setoriais. Elas reúnem temas considerados centrais no processo de urbanização e desenvolvimento metropolitano, além de articular as etapas de análise e proposição do PDUI. Cada *Área Transversal* agrega um conjunto de leituras derivadas de questões orientadoras, cuja problematização ocorreu a partir da confecção de mapas-síntese, responsáveis por expressar territorialmente as leituras e auxiliar na interpretação dos resultados.

A seguir, são apresentados a síntese de cada *Área Transversal* e o conjunto de mapas que a acompanha, sublinhando as principais questões que emergiram no percurso de análise da Unidade Regional – leituras que se somaram aos diálogos e contribuições do processo participativo, em uma construção coletiva do PDUI.

1.1. Sustentabilidade e processo de urbanização

Esta *Área Transversal* buscou apontar as principais potencialidades da estruturação urbana da Unidade Regional, com destaque para seu processo de urbanização e interação com os ativos ambientais.

Para tanto, foram conduzidas quatro frentes de análise: a primeira dedicou-se à inserção regional e à estruturação metropolitana, responsável por demonstrar como a Unidade Regional se articula na rede urbana paulista e como suas cidades estão inseridas na hierarquia dos centros urbanos; a segunda abordou o tema da expansão e a dispersão da área urbanizada para compreender os padrões de crescimento da mancha urbana; a terceira tratou das fragilidades ambientais e instrumentos de proteção e conectividade ambiental, buscando mapear perímetros de proteção e conservação, a presença de áreas de risco e reconhecer possíveis conflitos com o processo de urbanização; por fim, com base no extenso levantamento do regramento urbanístico municipal, foi apresentada uma leitura sobre a efetividade dessa regulação no ordenamento territorial, sobretudo em relação aos desafios em escala regional e à utilização coordenada de instrumentos da política urbana.

Ribeirão Preto é o principal núcleo urbano da região metropolitana. Destaca-se no contexto estadual como polo econômico, com atividades comerciais, industriais e de prestação de serviços de caráter local e regional, e sua área de influência extrapola os limites da Unidade Regional. Classificado na pesquisa REGIC (IBGE, 2018) como Capital Regional A – centro urbano com alta concentração de atividades de gestão –, Ribeirão Preto conecta-se com as regiões

metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, além de Brasília (Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno).

A RMRP é fortemente polarizada pelo município de Ribeirão Preto, que exerce elevado grau de centralidade na Unidade Regional. Destaca-se como município-polo da região em função de seu papel de prestador de serviços regionais, observando-se intensos fluxos de pessoas e mercadorias, em especial nos municípios de seu entorno imediato. Outras subcentralidades são exercidas pelos municípios de Jaboticabal e, em menor nível, Mococa e Orlandia, que se configuram como centros sub-regionais.

Os municípios de Ribeirão Preto e Sertãozinho dividem funções e complementaridades com relação à dinâmica econômica regional: Ribeirão Preto tem a função de comércio e serviço regional e Sertãozinho, a partir da concentração da atividade industrial, se configura como polo industrial, atendendo às demandas da agroindústria regional para além da RMRP.

Esse nível de complementaridade revela uma tendência à integração territorial, configurando um incipiente vetor de expansão. Sertãozinho ampliou, significativamente, sua área urbanizada em direção ao município de Ribeirão Preto, por meio da extensão de loteamentos, comprovando a tendência de aumento da conurbação entre os dois municípios.

Não se observam conurbações no restante do território da RMRP. As áreas urbanizadas dos municípios estão isoladas e não apresentam interligações ou continuidades do tecido urbano.

Os assentamentos precários, em escala regional, são visualizados, principalmente, no município de Ribeirão Preto, tanto ao sul, à margem da Rodovia Prefeito Antônio Duarte Nogueira, quanto ao norte do município, de forma mais pulverizada, atingindo, em alguns casos, áreas de vulnerabilidade do Sistema Aquífero Guarani (SAG).

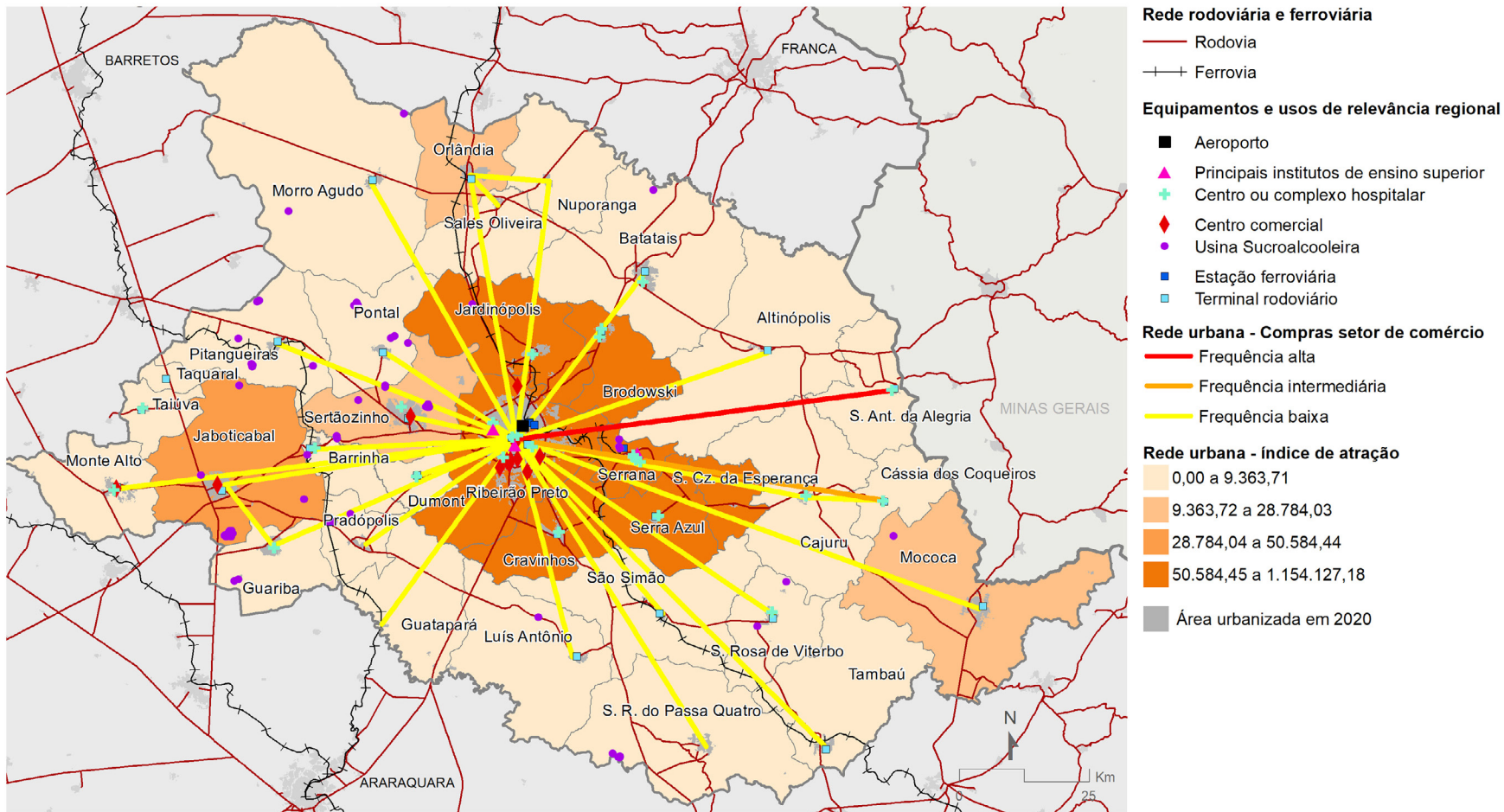
Na perspectiva ambiental, a RMRP apresenta baixo índice de vegetação nativa. Há poucas Unidades de Conservação e áreas legisladas de proteção ambiental, a maioria situada ao sul. Os fragmentos de vegetação são encontrados, principalmente, ao longo dos cursos dos rios, áreas que naturalmente já são legisladas como de proteção permanente. Por outro lado, a existência da Estação Ecológica Jataí permite a proteção de um dos maiores maciços florestais da região.

As áreas de Alta Vulnerabilidade do Aquífero Guarani perpassam toda a porção central da RMRP e percorrem as calhas dos principais rios, sobrepondo-se a extensas áreas urbanizadas, como no caso da porção leste do município de Ribeirão Preto, o que configura um fator de pressão sobre esse sistema.

Assim, nota-se que a região necessita de uma estratégia de incremento de áreas verdes, sobretudo a partir de possíveis conexões entre elas, de forma a proteger a biodiversidade e as áreas de alta vulnerabilidade dos aquíferos. Dentre os municípios da RMRP, apenas Ribeirão Preto possui instrumentos e diretrizes voltados às questões regionais, como a segurança hídrica.

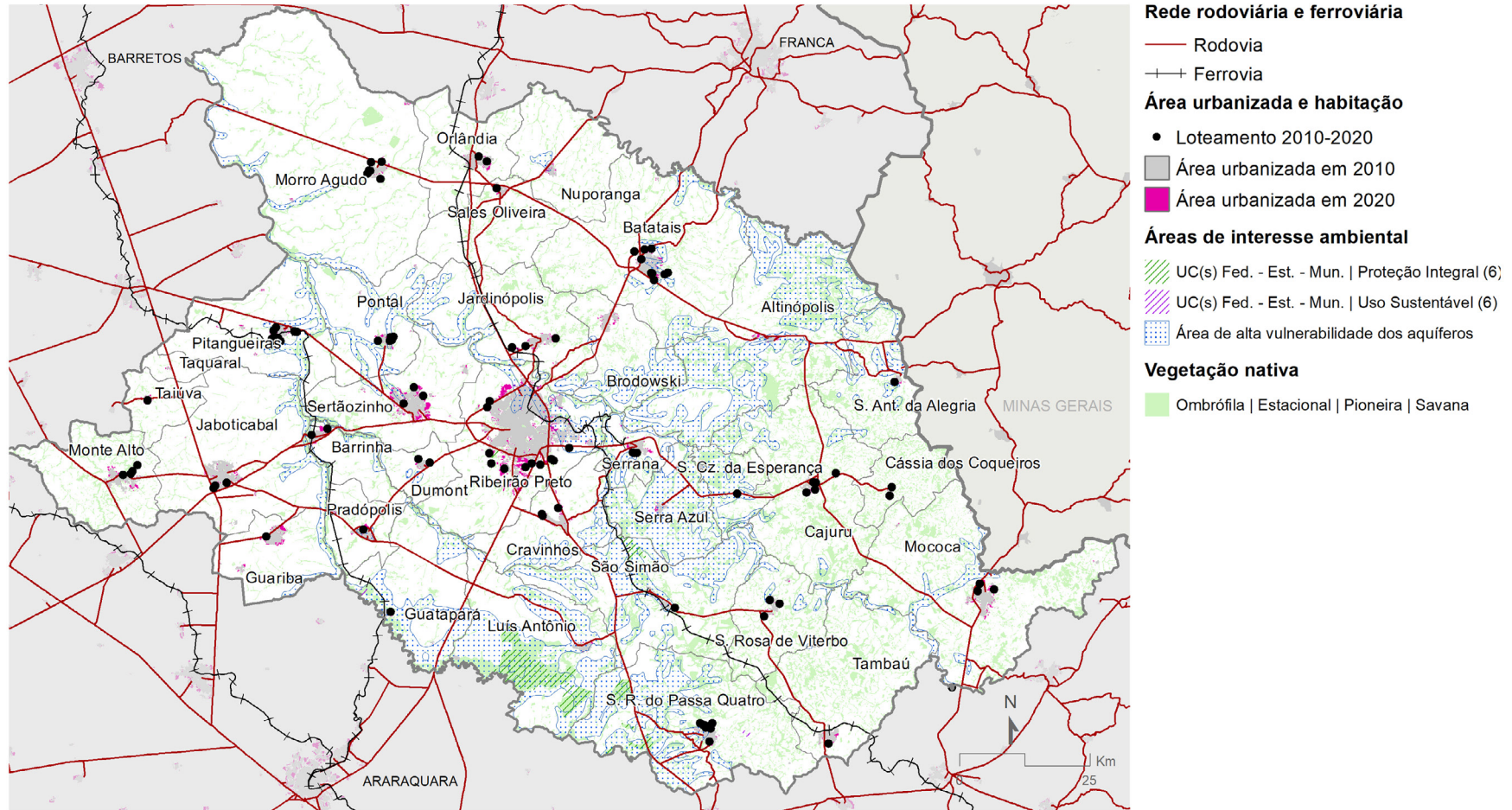
Por fim, nota-se, também, uma insuficiência de instrumentos de política urbana local e regional na RMRP. Dos 34 municípios da RM, 22 devem revisar ou elaborar seus planos diretores e mapas de ordenamento territorial.

Inserção regional e estruturação metropolitana – RMRP



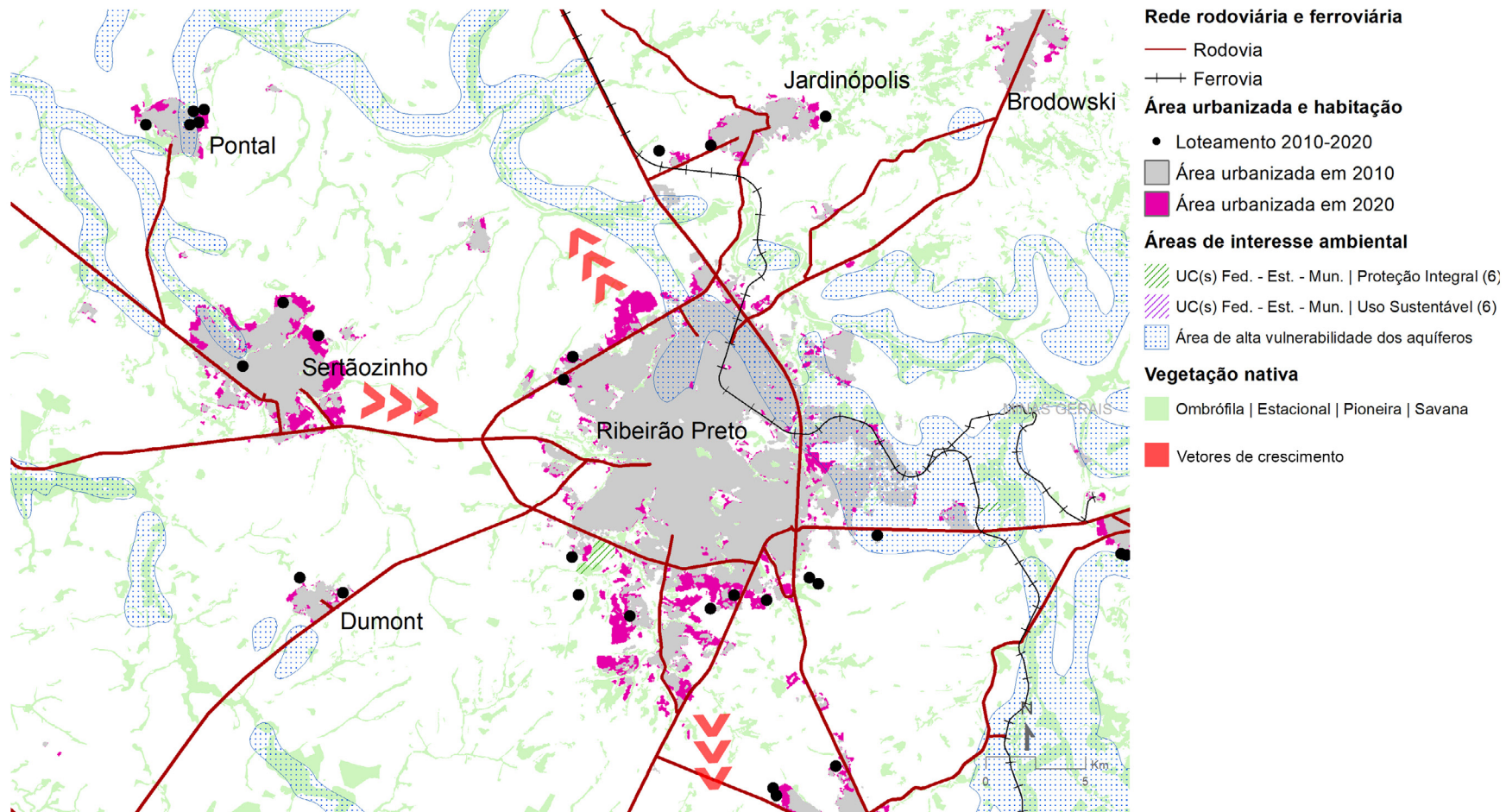
Fonte: Equipamentos e usos de relevância regional - Emplasa, 2020; Rede urbana/REGIC - IBGE, 2020; Mancha Urbana - Mapbiomas, 2021. Elaboração: FIPE, 2021

Expansão e dispersão da área urbanizada – RMRP



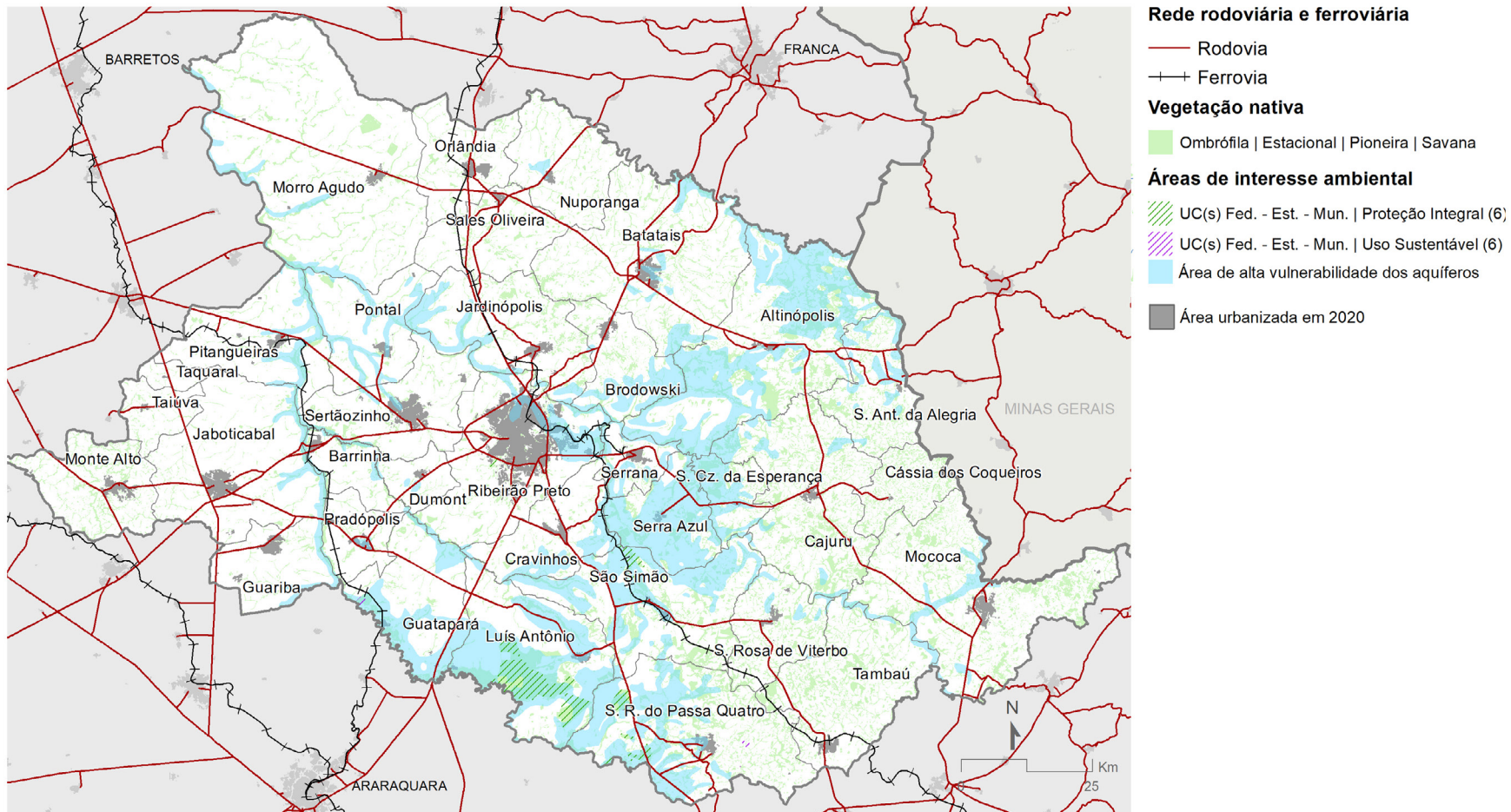
Fonte: Área urbanizada 2013 e 2020 - Mappiomas, 2021; Loteamentos - Graprohhab, 2020; Unidades de conservação - Ministério do Meio Ambiente; Vegetação nativa - Instituto Florestal, 2020; Aquíferos - DAEE, 1997. Elaboração: FIPE, 2021

Expansão e dispersão da área urbanizada – RMRP



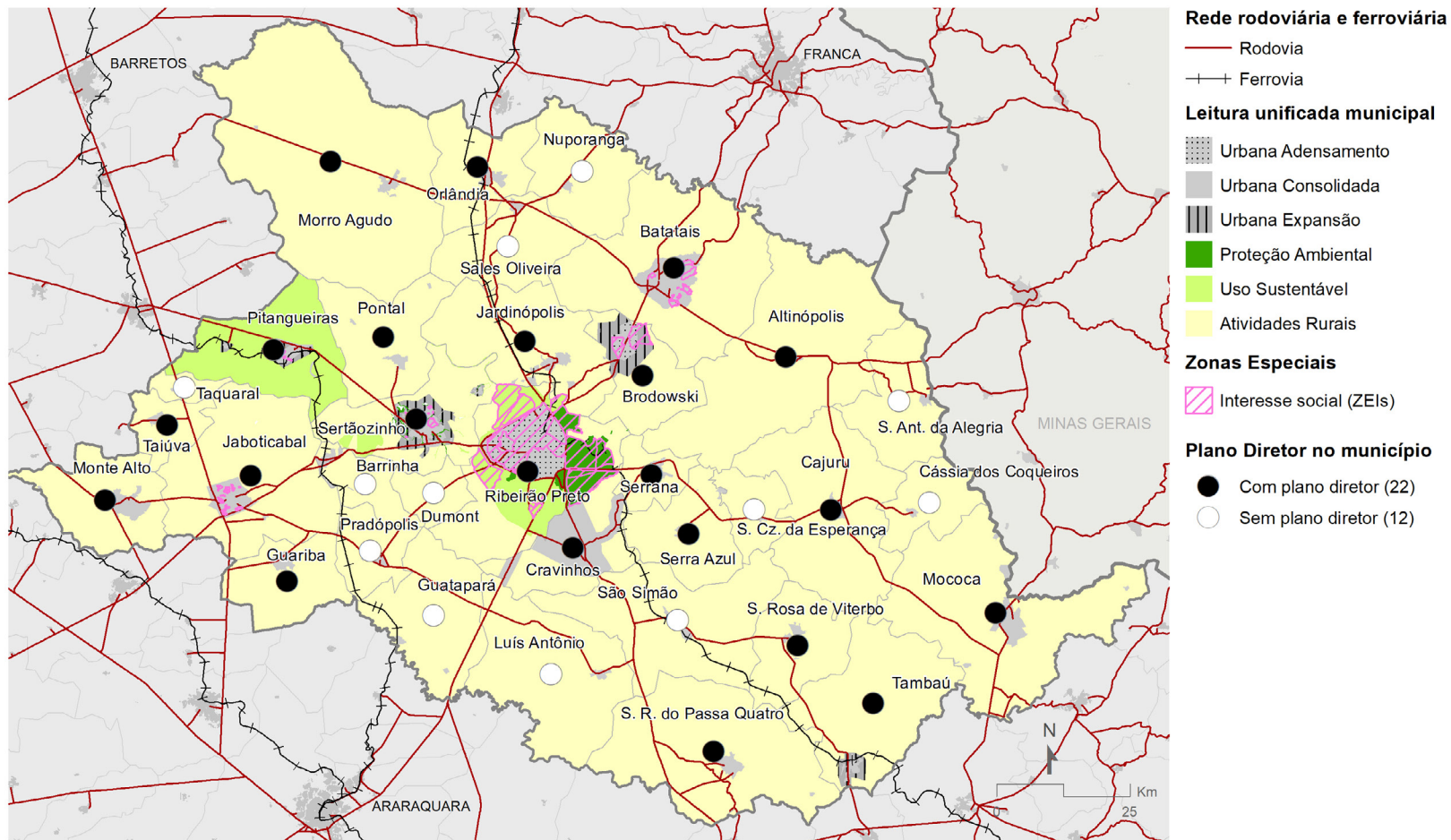
Fonte: Área urbanizada 2013 e 2020 - Mapbiomas, 2021; Loteamentos - Graprohhab, 2020; Unidades de conservação - Ministério do Meio Ambiente; Vegetação nativa - Instituto Florestal, 2020; Aquíferos - DAEE, 1997. Elaboração: FIPE, 2021

Fragilidades ambientais e instrumentos de proteção e conectividade – RMRP



Fonte: Área urbanizada 2020 - Mapbiomas, 2021; Unidades de conservação - Ministério do Meio Ambiente; Vegetação nativa - Instituto Florestal, 2020; Aquíferos - DAEE, 1997. Elaboração: FIPE, 2021

Efetividade da regulação urbanística e do ordenamento territorial – RMRP



Fonte: Planos Diretores - Prefeituras Municipais; Leitura Unificada - FIPE, 2021. Elaboração: FIPE, 2021

1.2. Desigualdade socioterritorial

A segunda *Área Transversal* dedicou-se à análise das vulnerabilidades socioeconômica e territorial, com o intuito de destacar os principais desequilíbrios existentes entre os municípios da Unidade Regional.

Para tanto, foram realizadas leituras em três dimensões complementares: a síntese dos dados de possíveis desequilíbrios socioeconômicos, com foco nas assimetrias entre os municípios, em função de indicadores de riqueza, distribuição espacial do emprego e da presença de programas de transferência de renda; foram também analisados os equipamentos de relevância regional e os ativos econômicos, na busca por compreender os padrões de acesso a serviços públicos e oportunidades econômicas; finalmente, foi debatida a precariedade habitacional e possíveis programas e políticas de promoção de habitação de interesse social, com o objetivo de entender a forma de distribuição de assentamentos precários – em diferentes níveis de precariedade – e a previsão de instrumentos e ações para enfrentar a questão habitacional, se existente na Unidade Regional.

Considerando os indicadores de vulnerabilidade e riqueza, observam-se assimetrias entre o município-sede e os demais municípios da RMRP. Ribeirão Preto concentra o maior índice de riqueza, responde com mais da metade do Produto Interno Bruto (PIB) da região e apresenta o maior número de empregos formais.

Parte do parque industrial da região localiza-se em Sertãozinho, o segundo município com nível de riqueza mais alto. É um dos principais

polos de desenvolvimento de tecnologia e plantio para a produção de açúcar e álcool do país. Além da localização do polo metalomecânico, o município possui muitas usinas de açúcar e destilarias de álcool.

Há desequilíbrio na relação de emprego entre os municípios da RMRP, a maior parte concentrada no município-sede. Os municípios de Monte Alto, Jaboticabal, Sertãozinho, Batatais e Orlandia, que formam um eixo na região oeste, são mais dinâmicos e apresentam índice de emprego formal mais elevado, além de maior participação no PIB da região. Saindo desse eixo, Mococa, na porção leste, tem as mesmas características.

Jardinópolis, que faz divisa com Ribeirão Preto e fica entre Sertãozinho e Batatais, tem uma defasagem no emprego formal e apresenta fragilidades em termos sociais. O número de famílias que recebem o Benefício Prestação Continuada (BPC) e o Bolsa Família é muito semelhante ao daqueles que apresentam áreas de vulnerabilidade e índices mais baixos na dimensão riqueza (IPRS) e menor número de empregos formais.

A RMRP tem baixo nível de escolaridade nos empregos ofertados, com rendimentos médios e baixos.

A utilização dos equipamentos de saúde é fortemente polarizada em Ribeirão Preto. A cidade-sede é referência nacional em serviços de saúde, atraindo pessoas de todo Brasil para sua rede de consultórios, laboratórios, hemocentros e hospitais, com destaque para o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP). A atenção básica de saúde está coberta em todos os municípios.

Quanto à cultura, a polarização, de certa forma, se assemelha à concentração da saúde, mas existem alguns museus na região, como a Casa de Portinari, em Brodowski.

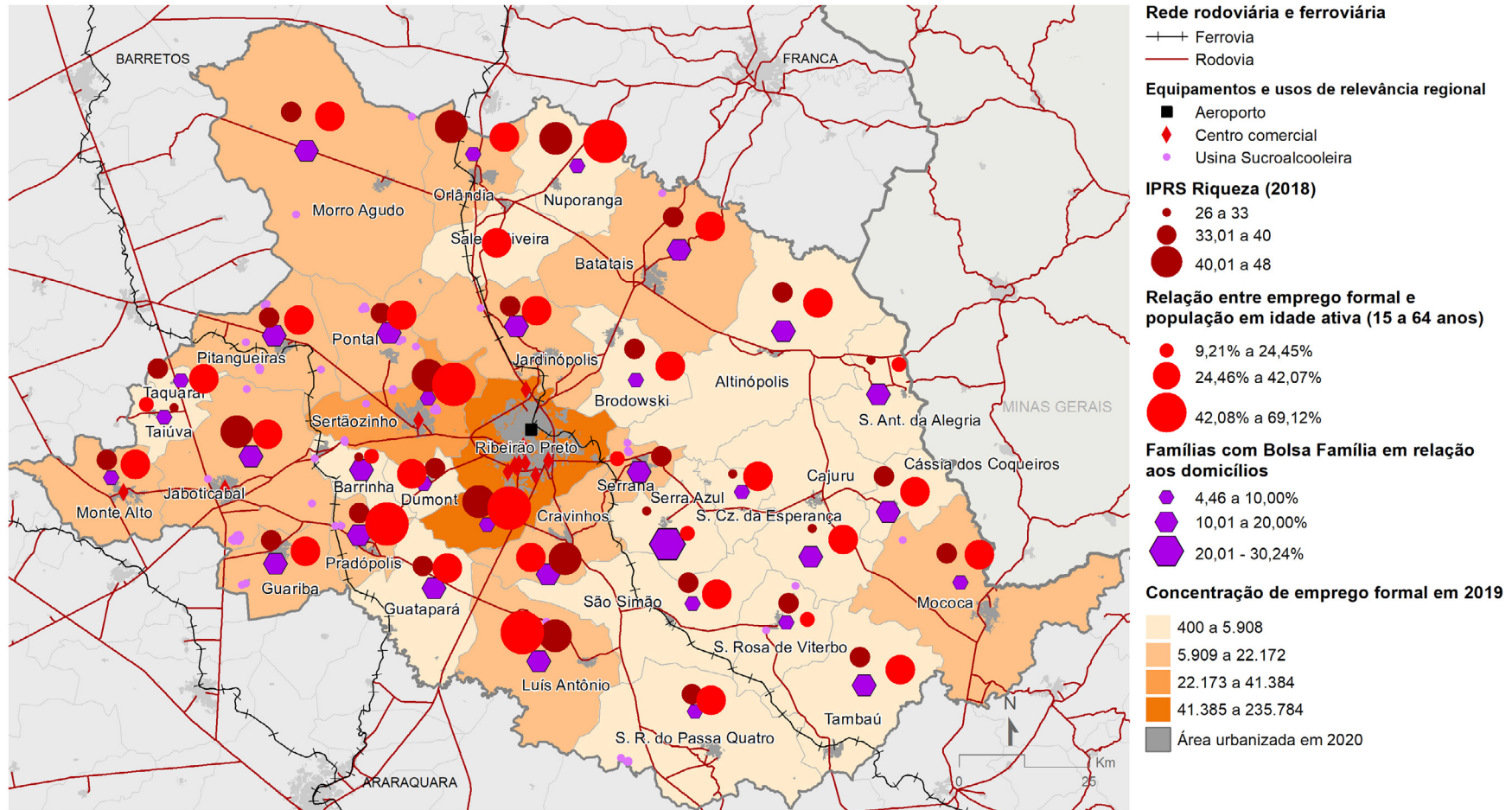
Há relativa concentração das atividades de comércio e serviços, pois a região tem muitos municípios pequenos, com oferta restrita.

Há 7.847 domicílios em favelas e aglomerados subnormais na RMRP. Os assentamentos precários estão concentrados no município de Ribeirão Preto (cerca de 90%). Toda a área de ocorrência de assentamentos precários na RMRP está demarcada como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS).

As habitações de interesse social (HIS) encontram-se na borda da mancha urbana, especialmente em Ribeirão Preto. Jardinópolis é, em seguida, o que mais recebeu empreendimentos de HIS. O município faz divisa com Ribeirão Preto e essa proximidade pode atrair pessoas que trabalham em Ribeirão e moram em Jardinópolis.

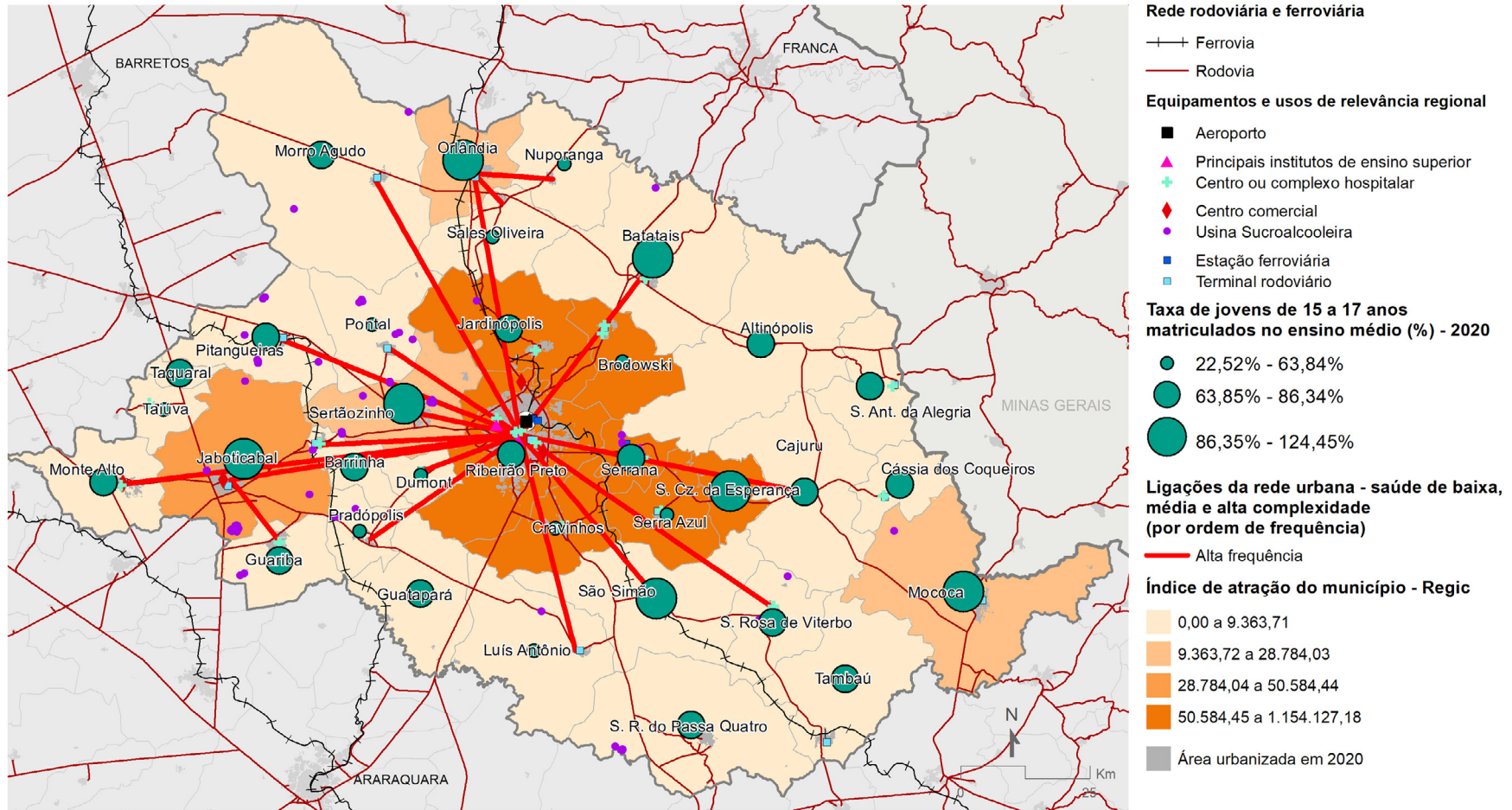
Por sua vez, Sertãozinho, que apresenta um forte dinamismo, também recebeu grande inversão em HIS, dada a atratividade exercida pelo município como polo de geração de empregos.

Desequilíbrios socioeconômicos - RMRP



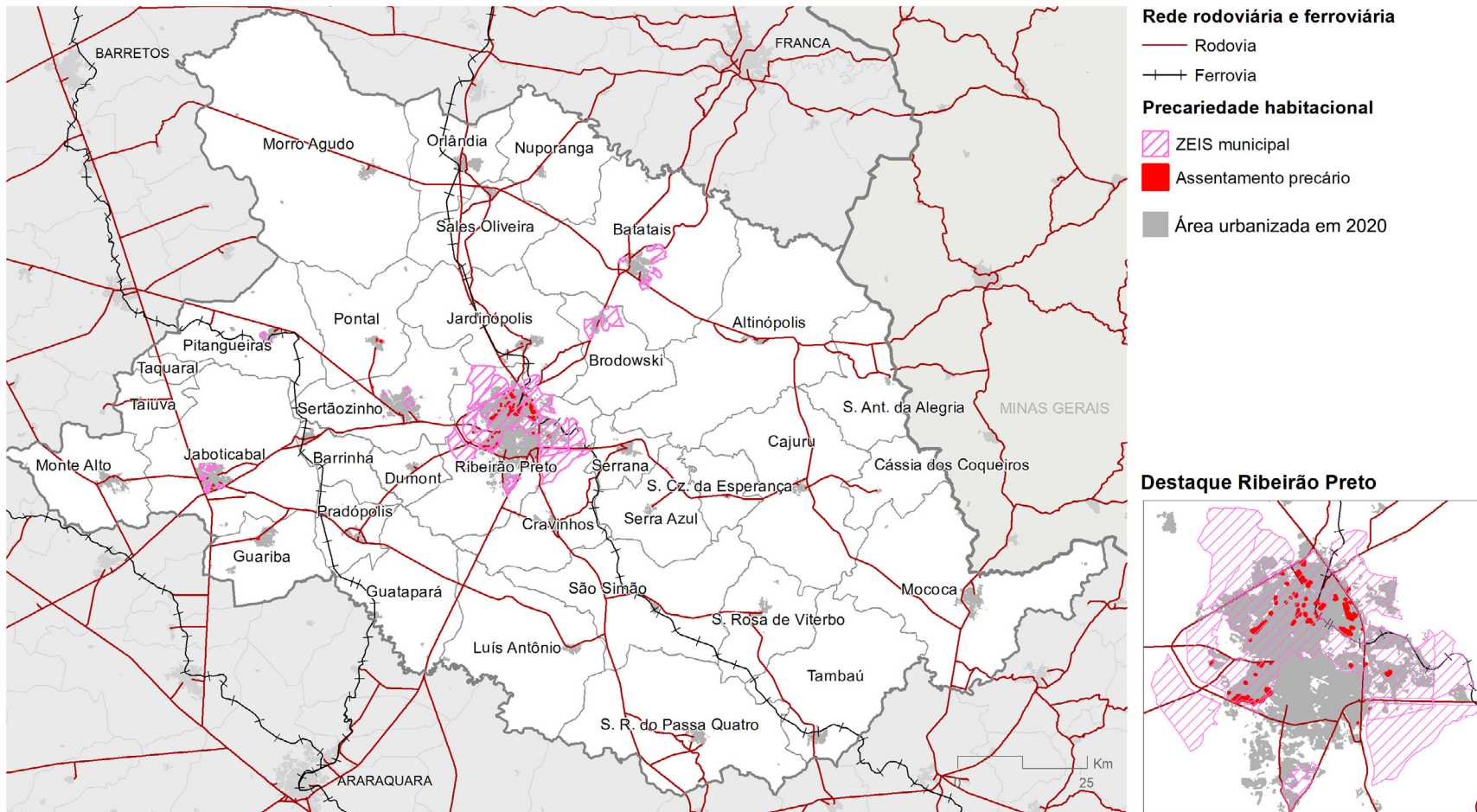
Fonte: Equipamentos e usos de relevância regional - Uso do Solo Urbano - Emplasa, 2020; Emprego formal - RAIS - Ministério da Economia, 2021; Beneficiários do Bolsa Família - Governo Federal, 2021; IPRS - SEADE, 2020; Área urbanizada - Mapbiomas, 2021. Elaboração: FIPE, 2021

Acesso a equipamentos e ativos econômicos – RMRP



Fonte: Equipamentos e usos de relevância regional - Emplasa, 2020; Ligações da rede urbana - REGIC - IBGE, 2020; Área urbanizada - Mapbiomas, 2021; Taxa de Matrícula no E.M - Secretaria Estadual de Educação do ESP, 2021. Elaboração: FIPE, 2021

Precariedade habitacional e política de habitação de interesse social – RMRP



Fonte: Assentamento precário - Emplasa, 2020; Área urbanizada - Mapbiomas, 2021; ZEIS municipal - Prefeituras Municipais/FIPE. Elaboração: FIPE, 2021

1.3. Desenvolvimento econômico e inovação

Esta *Área Transversal* teve como objetivo avaliar a diversidade de atividades econômicas na Unidade Regional, as perspectivas de crescimento econômico e as principais barreiras para o seu desenvolvimento.

As três frentes de análise abordaram o perfil econômico dos municípios, com a demonstração do papel desempenhado por cada núcleo urbano da Unidade Regional, a indicação da distribuição setorial e o grau de diversificação nas atividades de comércio e serviço. Foram também analisadas as perspectivas de investimento e possíveis impasses ao desenvolvimento econômico regional, baseados na observação da distribuição de investimentos e no controle fiscal dos municípios. Finalmente, foram mapeadas as condições e iniciativas para o incentivo à inovação tecnológica, seja mediante distribuição de equipamentos de formação e capacitação profissional, seja pela concentração de empregos na indústria com média-alta e alta intensidades tecnológicas e também pela presença de ambientes inovativos, como parques tecnológicos, *hubs* de inovação e centros de pesquisa com desdobramento nas atividades econômicas da Unidade Regional.

O município de Ribeirão Preto concentrava, em 2018, 52% do PIB da região metropolitana. A polarização exercida pelo município é decorrente não apenas de seu porte populacional, seu dinamismo econômico e sua oferta de serviços, mas também pela oferta e configuração da infraestrutura local.

A RMRP também comporta cidades médias, com economias diversificadas e setores de serviços dinâmicos, como Sertãozinho, Jabo-

ticabal e Mococa. E, ainda, municípios de características predominantemente rurais – Cássia dos Coqueiros, Guataporã e Santa Cruz da Esperança –, cuja integração econômica regional se dá pela produção de cana-de-açúcar para abastecimento do complexo sucroenergético, principal cadeia agroindustrial, e pela economia cafeeira.

O setor sucroenergético marca intensamente a economia da região. No setor agrícola, a cana responde por 83% da área colhida no ano de 2020 e as usinas de álcool, distribuídas em diversos municípios da região, respondem por parte considerável da demanda de mão de obra no setor industrial. Este setor ainda demanda bens, serviços e, inclusive, a produção de pesquisa e tecnologia local.

Assinalada a importância relativa do setor sucroenergético e das demais cadeias agroindustriais presentes na região, cabe destacar que a economia da RMRP é diversificada e conta com importante presença nos setores industriais metal-mecânico, principalmente de produção de equipamento agrícola, e de equipamentos médicos e odontológicos.

Além disso, a região é um importante centro de produção de pesquisa e tecnologia, notadamente nas áreas médica e biotecnológica, e conta com um parque tecnológico em fase de desenvolvimento.

Entretanto, embora apresente uma economia diversa e dinâmica, a distribuição dessas atividades pela região é bastante heterogênea. Se, por um lado, alguns dos maiores municípios apresentam um setor industrial diversificado e um setor de serviços dinâmico, por outro, alguns municípios são predominantemente agrícolas, o que, na região, significa, comumente, a produção de cana-de-açú-

car. Há, ainda, aqueles em que uma única empresa responde pela maior parte da produção e dos empregos do município.

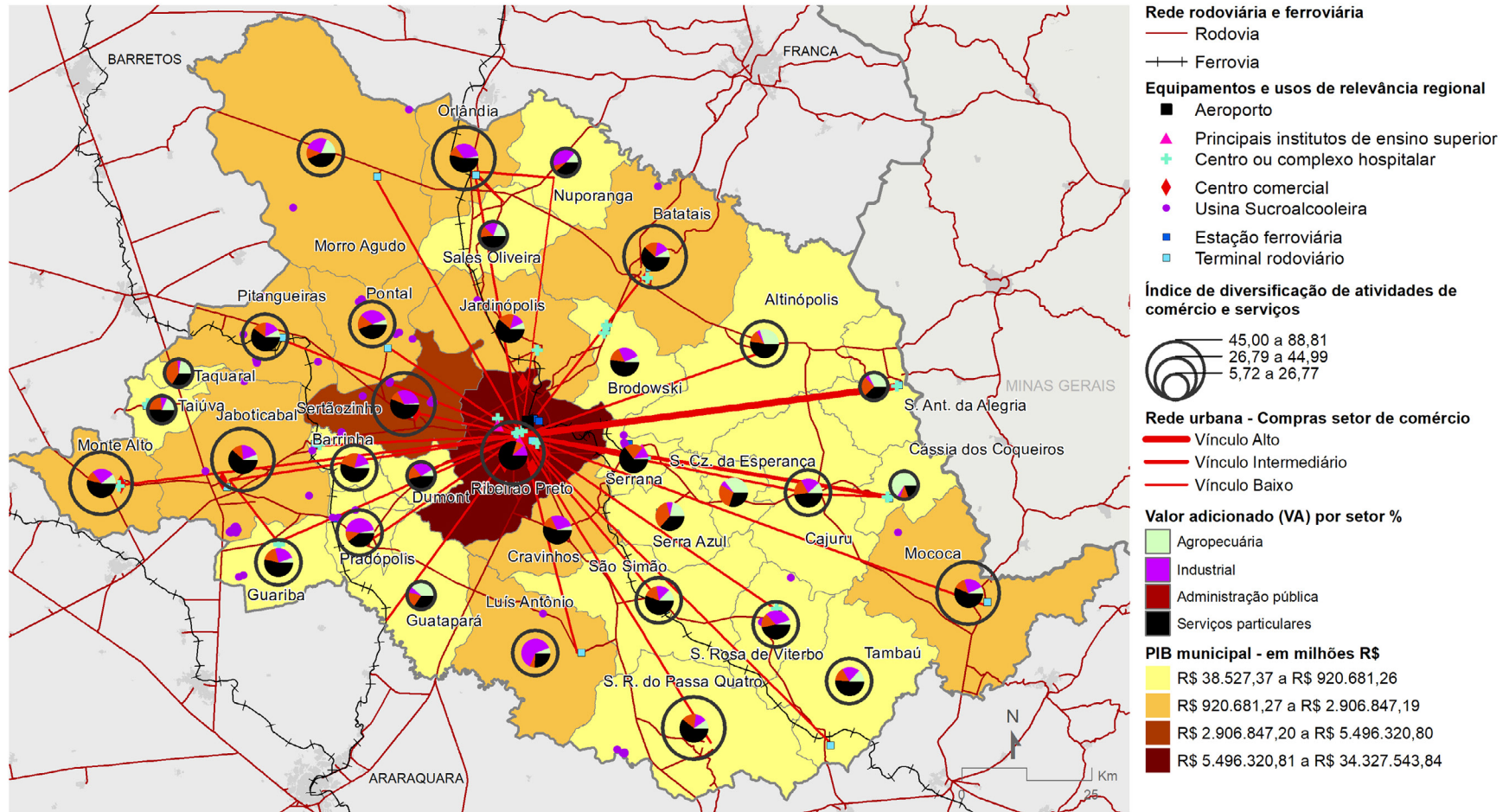
Com relação à inovação e à tecnologia, a RMRP destaca-se pelo conjunto de iniciativas públicas e privadas destinadas a criar ambientes de inovação e produção de tecnologia de relevância para a economia local e nacional. Conta com cinco *campi* de instituições públicas de ensino superior, assim como diversas unidades de ensino superior particulares, nos principais municípios da região.

Estas instituições também abrigam centros de pesquisa e articulam-se a outras entidades e iniciativas públicas para o desenvol-

vimento de ambientes de inovação. Destaque para o Parque Tecnológico de Ribeirão Preto, criado a partir de um convênio entre a USP, a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo.

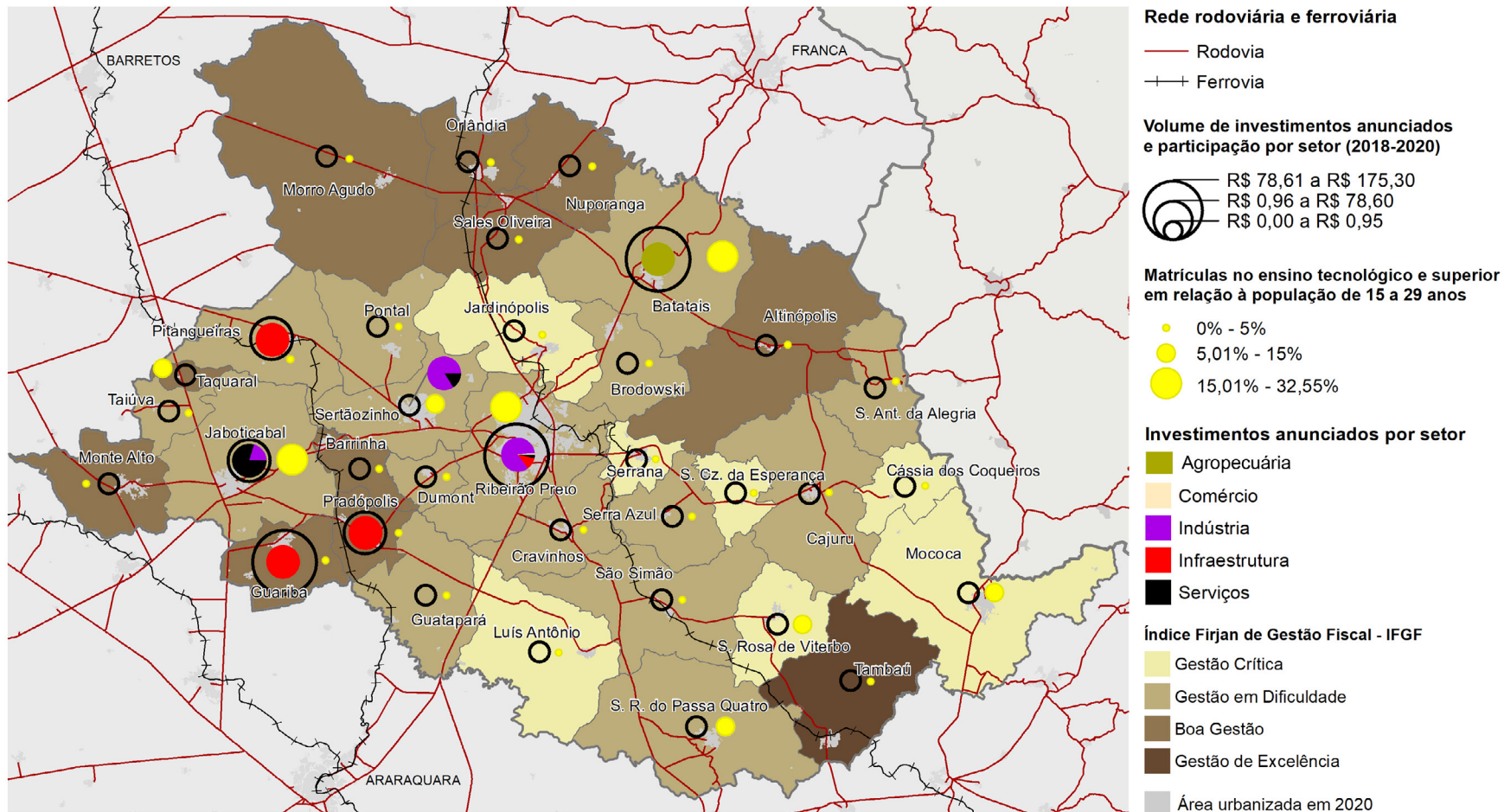
A RMRP possui uma densa rede de instituições e infraestruturas voltadas ao desenvolvimento científico e tecnológico e à formação de mão de obra de alta qualificação, além de contar com uma economia diversificada capaz de absorver esta mão de obra. Porém, esta rede não se distribui de forma homogênea pela região, formada por municípios de porte populacional e perfil econômico bastante díspares.

Perfil econômico dos municípios – RMRP



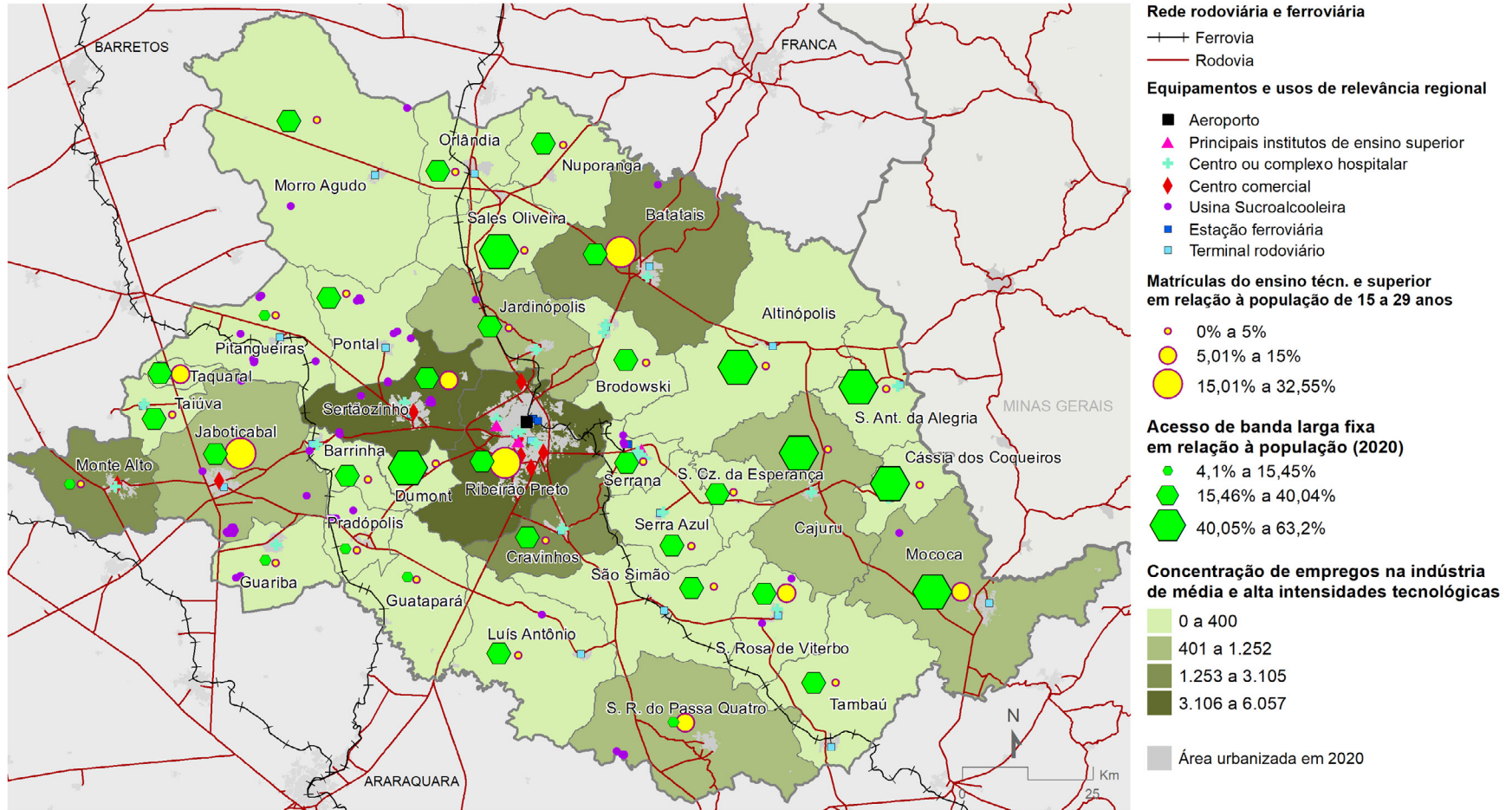
Fonte: PIB - SEADE, 2021; Rede urbana - REGIC - IBGE, 2020; Equipamentos e usos de relevância regional - Emplasa, 2020. Elaboração: FIPE, 2021

Perspectivas de investimento e impasses ao desenvolvimento econômico – RMRP



Fonte: Matrículas no ensino tecnológico e superior - Ministério da Educação, 2020; Investimentos anunciados - PIESP - SEADE, 2021; FIRJAN, 2020; Mapbiomas, 2021. Elaboração: FIPE, 2021

Incentivo à inovação e tecnologia – RMRP



Fonte: Acesso a internet - Anatel, 2017; Matrículas no ensino superior - Ministério da Educação; 2020; Emprego em tecnologia - RAIS - Ministério da Economia, 2020; Equipamentos de uso e relevância regional - Emplasa, 2020; Área urbanizada - Mapbiomas, 2020. Elaboração: FIPE, 2021

1.4. Hub regional de infraestrutura

As redes de infraestrutura – notadamente de mobilidade e de saneamento – foram abordadas a partir da compreensão da Unidade Regional como um *hub* capaz de articular seus municípios e de criar potentes vínculos com outros polos e centralidades do Estado. Busca-se, portanto, compreender as condições de distribuição e de funcionamento dessas redes, na perspectiva de qualificação da urbanização regional e da redução das assimetrias internas, de forma a apontar o atual cenário de cobertura em relação aos municípios da Unidade Regional.

As leituras do *hub* de infraestrutura desdobraram-se em quatro tópicos de análise: primeiro, as condições de mobilidade e acessibilidade regional, a partir do qual foram investigadas as condições de conectividade dos municípios, sob a perspectiva da oferta da infraestrutura viária, do serviço de transporte público regional e das principais ligações entre as cidades; outros dois tópicos dedicaram-se aos serviços de saneamento básico, sendo abordados a partir da perspectiva de universalização desses serviços: foram identificadas as principais lacunas em relação ao abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, bem como à gestão, tratamento e disposição de resíduos sólidos; finalmente, foi realizado um panorama do consumo e da geração de energia, demonstrando sua distribuição por atividades e a potencialidade de diversificação da matriz energética.

Em relação ao primeiro tópico de análise, com base nos dados de transporte coletivo fornecidos pela Pesquisa de Informações Básicas Municipais do ano de 2017 (IBGE), compreende-se que, do ponto de vista da oferta de transporte coletivo, a conectividade e a

acessibilidade são parcialmente atendidas na região. Cerca de um terço dos municípios da RMRP declararam não possuir serviço de transporte público municipal por ônibus. Dois municípios, embora não atendidos por transporte coletivo municipal, indicam que a demanda da população por deslocamento entre bairros é suprida por linhas de ônibus intermunicipais.

No que diz respeito ao deslocamento da população regional para acessar serviços de transporte público intermunicipal e interestadual, dados da pesquisa REGIC (IBGE, 2018) sugerem a força da centralidade urbana do Arranjo Populacional de Ribeirão Preto como referência de destino ou acesso a esse tipo de serviço, atraindo a população da maior parte dos municípios da região.

Em relação à universalização dos serviços de saneamento básico, segundo tópico de análise, o índice de abastecimento total de água na RMRP apresenta percentual de 95,54%, pouco abaixo da média estadual de 96,20%. Aos municípios de Altinópolis, Batatais, Cássia dos Coqueiros, Luís Antônio, Santa Cruz da Esperança, São Simão e Serra Azul deve-se maior atenção, visto que, conforme o Índice de Atendimento de Água (IAA-SIMA), possuem classificação regular (IAA < 90%) e apresentam índices mais afastados da meta de 99% estabelecida pelo Novo Marco do Saneamento.

O índice médio de coleta e de tratamento de esgotos é de 93,72% e 70,22%, respectivamente, ambos superiores aos índices do Estado. Porém, há cinco municípios na região com porcentagem nula de tratamento, o que os coloca mais distantes do alcance da meta de 90% para a coleta e tratamento de esgotos, conforme o Novo Marco do Saneamento.

Embora não exposto no mapa, devido à importância da atividade agrícola da região, um problema potencial é a dispersão de poluentes, como os fertilizantes, nos corpos d'água. Trata-se de poluição difusa, e a avaliação de risco de contaminação depende do monitoramento das áreas de captação.

Sobre a gestão de resíduos sólidos, cabe salientar que, apesar de todas as vantagens do compartilhamento da gestão, 12 municípios da RMRP dispõem os resíduos gerados em aterros locais, operados pelas próprias prefeituras. Os demais 22 municípios realizam a disposição final em aterros particulares, um deles localizado fora da RMRP, o que representa, para alguns municípios, um custo extra para destinação e transporte em local distante da geração dos RSU.

Importante destacar que as menores notas obtidas no Índice de Qualidade de Aterro de Resíduos (IQR) e a vida útil mais curta são de aterros locais, o que evidencia as dificuldades das prefeituras em operacionalizar isoladamente seus aterros.

Por fim, no último tópico de análise, dedicado à matriz energética, a RMRP participa com 4,15% do consumo total de energéticos do Estado. Na distribuição entre os municípios da região, as maio-

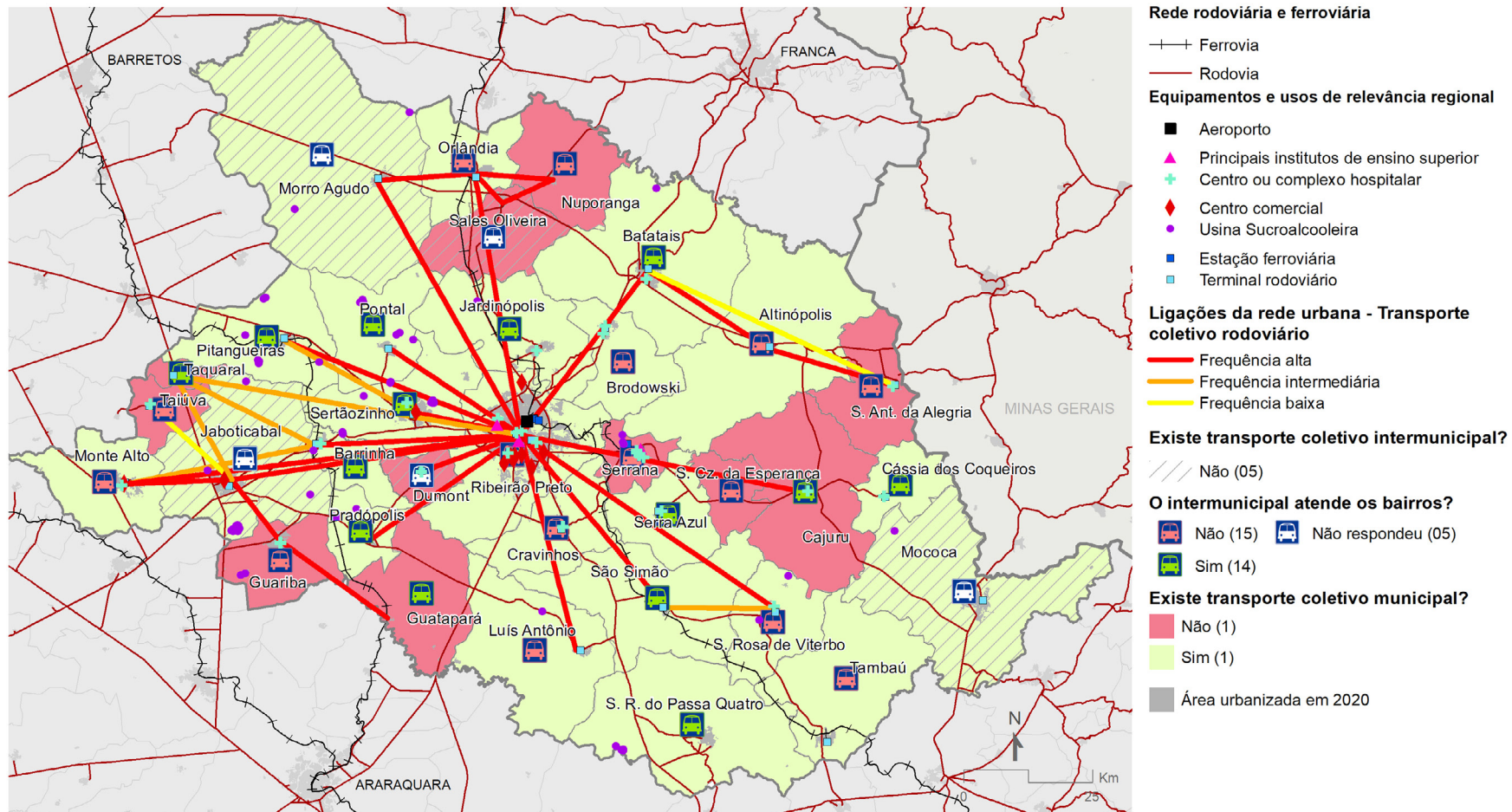
res participações são de Ribeirão Preto, Sertãozinho, Jardinópolis, Jaboticabal, Mococa e Batatais. Com relação à energia elétrica, o município de Ribeirão Preto é o nono maior consumidor do Estado, com participação de 1,5%, enquanto a da RMRP é de 3,76%.

A RMRP contribui de modo expressivo com a matriz energética estadual, majoritariamente composta por fontes renováveis. Destaque para a biomassa (principalmente de derivados da cana-de-açúcar), que responde com uma participação de 14,48%, parte considerável da oferta interna de energia por origem de biomassa do Estado.

A sustentabilidade do setor sucroalcooleiro na região constitui um importante diferencial estratégico, pois apresenta grande potencial para a produção de biogás, tornando os seus resíduos, que antes eram um passivo ambiental, ativos energéticos.

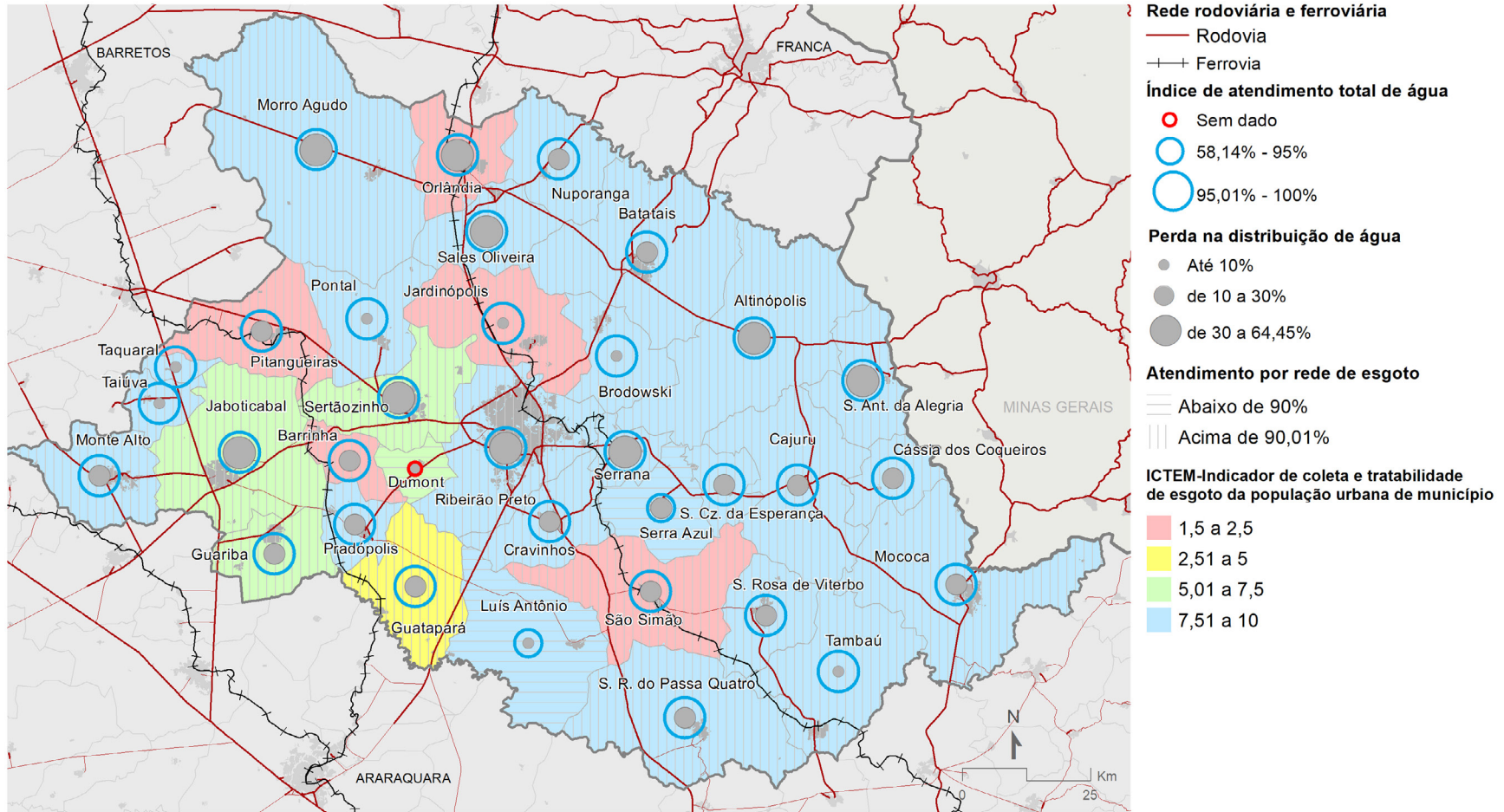
No que se refere a outras iniciativas de energia renovável, a geração solar distribuída na região possui um número significativo de empreendimentos, correspondendo a 6,44% da potência instalada no Estado, com destaque para a classe residencial de consumo. O município de Ribeirão Preto ocupa o segundo lugar, depois de Campinas, na geração da energia estadual.

Mobilidade e acessibilidade regional – RMRP



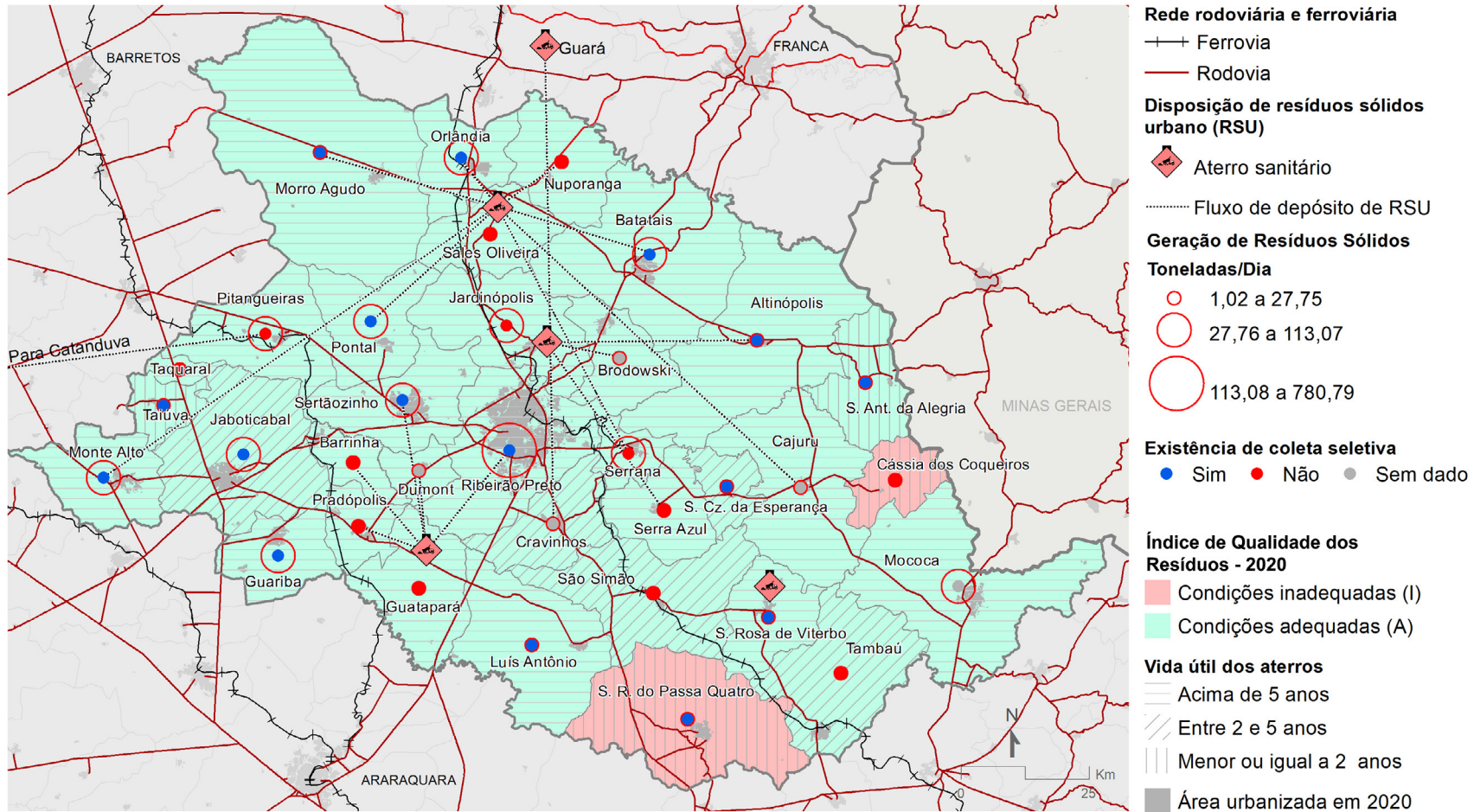
Fonte: Equipamentos e usos de relevância regional - Emplasa, 2020; Transporte Coletivo - Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) - IBGE, 2018; Ligações da rede urbana - REGIC - IBGE, 2020; Área urbanizada - Mapbiomas, 2021. Elaboração: FIPE, 2021

Universalização dos serviços de saneamento básico – RMRP



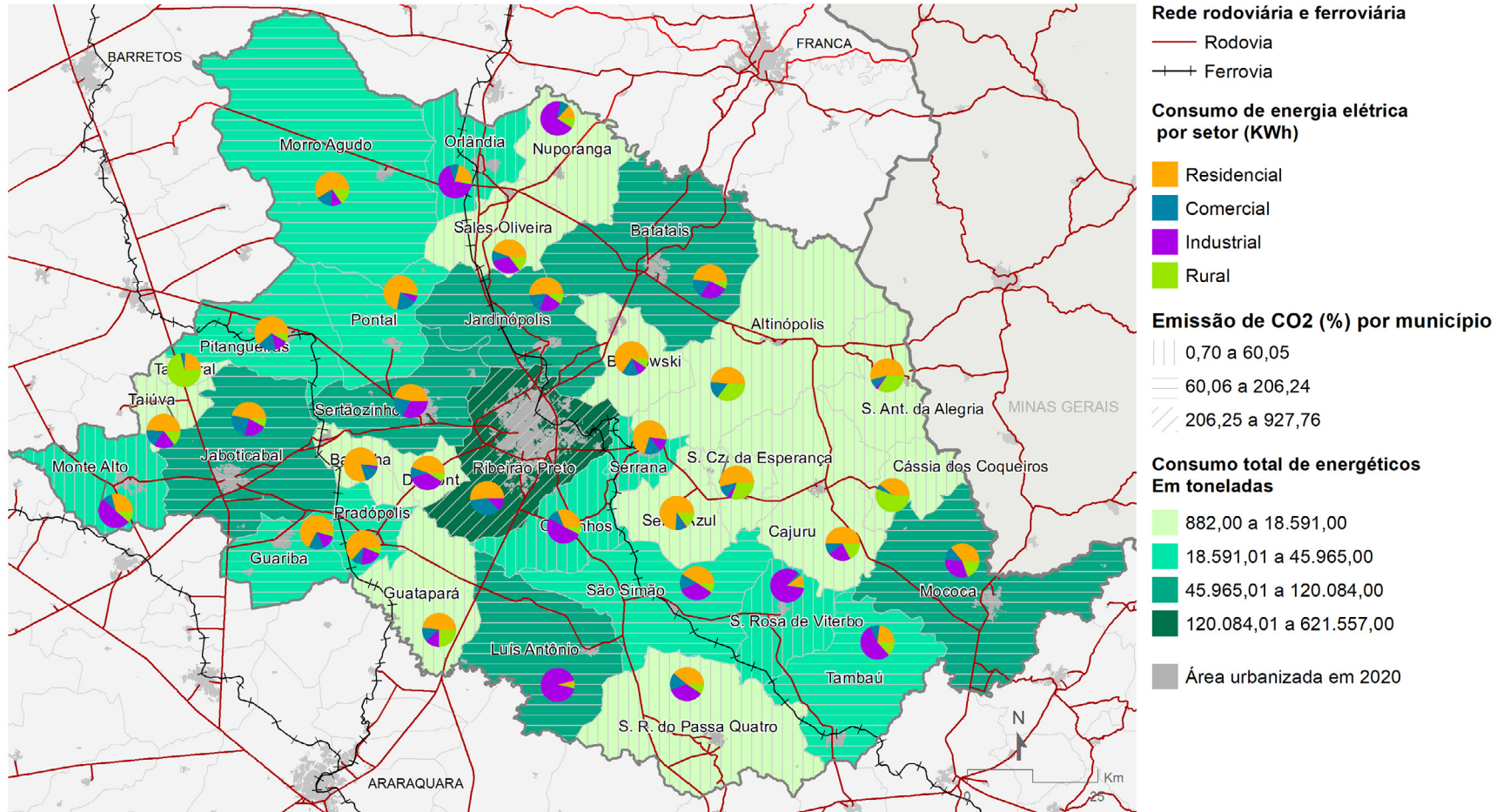
Fonte: Qualidade das Águas Interiores no Estado de São Paulo - CETESB, 2020. Elaboração: FIPE, 2021

Gestão, tratamento e disposição de resíduos sólidos – RMRP



Fonte: SNIS, 2019; ICTEM - CETESB, 2020; Área urbanizada, Mapbiomas, 2021. Elaboração: FIPE, 2021

Consumo, geração e diversificação da matriz energética – RMRP



Fonte: ANEEL - Anuário de Energéticos por Município, 2021 - ano base 2020. Elaboração: FIPE, 2021

1.5. Articulação interfederativa e setorial

A *Área Transversal* buscou relacionar os órgãos e os instrumentos de gestão e monitoramento das ações públicas municipais e regionais e os níveis de articulação e interação entre entes federativos e entre as políticas públicas setoriais. Sua construção envolveu o panorama da administração, suas ferramentas e sistemas de monitoramento do planejamento urbano, e lacunas para a condução de Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs).

Especialmente para este tópico, foram identificadas iniciativas no contexto da Unidade Regional que já promovem o debate interfederativo, como consórcios, gestão compartilhada de serviços públicos e estruturas integradas de planejamento – como das unidades hídras e ambientais.

As principais instâncias intermunicipais e interfederativas identificadas na RMRP são os Comitês de Bacia Hidrográfica, que tratam da gestão de recursos hídricos. A região se projeta sobre cinco UGHRI: UGHRI – 4 (Pardo), UGHRI – 9 (Mogi-Guaçu), UGHRI – 15 (Turvo/Grande), UGHRI – 12 (Baixo Pardo/Grande) e UGHRI – 8 (Sapucaí-Mirim/Grande). A maior parte do território metropolitano pertence às UGHRI 4 (Pardo) e 9 (Mogi-Guaçu), portanto, o Comitê de Bacia Hidrográfica do Pardo e o Comitê de Bacia Hidrográfica do Mogi-Guaçu concentram a maioria dos municípios da região. No entanto, o recorte das UGHRI não coincide com os limites da região metropolitana, o que dificulta a gestão compartilhada do território metropolitano por meio dessa instância de planejamento.

O único registro na região da participação de municípios em articulações intermunicipais sob a forma de consórcios foi na área de gestão de resíduos sólidos. Foram identificados, no Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Estado de São Paulo de 2014, dois arranjos intermunicipais que incluem alguns municípios da RMRP em sua composição: Consórcio Intermunicipal de Meio Ambiente (CIMP) e Consórcio de Municípios da Alta Mogiana (Comam).

Os serviços de saneamento ambiental ainda são operados, majoritariamente, pelas administrações municipais (25 municípios). Oito municípios possuem seus serviços de abastecimento de água e esgoto com abrangência regional (Sabesp). Um município possui uma empresa privada como prestador dos serviços.

Com relação à infraestrutura aeroportuária, a operação do aeroporto de Ribeirão Preto foi concedida, em 2021, para o Consórcio Voa NW SE e passará a ser administrado pelo grupo VOA SP.

Para finalizar, deve-se destacar que as articulações intermunicipal e interfederativa para a elaboração e execução de políticas urbanas e regionais ainda são bastante incipientes na região.

A maioria dos municípios não tem condições técnicas e institucionais para se inserir, de forma satisfatória, em um ambiente colaborativo e participativo como exige a governança metropolitana, que se utiliza de ferramentas tecnológicas que pressupõem capacitação e treinamento constantes.

EQUIPE TÉCNICA

Coordenador Geral – Andrea Sandro Calabi
Coordenadora Adjunta – Marta Dora Grostein
Coordenadora Técnica – Rovena Negreiros
Coordenador Institucional – Marcos Campagnone

Equipes das Unidades Regionais

AU de Franca

Fabiana Coelho
Fernanda de Cássia Costa – coordenadora
Herlan Alcântara

RM de Jundiá e RM de Piracicaba

Leticia Roberta
Mariana Yamamoto
Sandra Brandão
Sarah M. Monteiro dos Santos – coordenadora

RM de Ribeirão Preto

Braulio Bracero
Claudia Helena Leite – coordenadora
Felipe Dutra Dias
Ivana Araújo

RM Vale do Paraíba Litoral Norte

Cynthia Gonçalo
Daniel Andrade
Helena Grundig
Zoraide Amarante Itapura de Miranda – coordenadora

Coordenadores de Bloco

Bloco 1 – Organização da base de dados e cartografia

Bruno Oliva
Roberta Fontan

Bloco 2 – Ordenamento Territorial

Marta Dora Grostein

Bloco 3 – Panorama Regional

Maria Lucia Camargo

Bloco 4 – Diagnóstico

Marlon Longo

Bloco 5 – Processo Participativo

Luciana Souza Damasceno Casa

Bloco 8 – Comunicação Social

Margareth Cunha Lemos

Equipe Processo Participativo

Elsa Maglio
Geni A. Toffoli
Mauricio Hoffman

Equipe Comunicação Social

Andre Cury
Sueli dos Santos

Edição gráfica

Enzo Luis Nico Neto
Guen Yokoyama – responsável
Ricardo Ferreira

Advogada – Ana Lucia Carvalho

Consultores

Camila Maleronka
Francisco Vidal Luna
Regina Prospero Meyer

Estagiárias

Ana Flavia Vicentini Benfica (AUF)
Carolina Abdalla Braga (RMP/RMJ)
Melissa da Silva Oliveira (RMVPLN)
Sarah Helena Caetano Rolindo (RMRP)

Secretária – Rosângela Monteiro